



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



“Passando a boiada”¹ na Educação Ambiental: os programas educacionais do agronegócio

Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo e Cordeiro ¹ 

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF), Maricá, RJ, Brasil

RESUMO

Este artigo tem por objeto de estudo materiais educativos elaborados por programas educacionais do agronegócio, direta ou indiretamente vinculados à Educação Ambiental (EA). Considerando a inserção deste setor na educação, a análise de suas intencionalidades, bem como de seus possíveis reflexos na sociedade, pode ser um instrumento importante para a avaliação de suas condutas e para tomada de decisões. No que diz respeito à questão ambiental, a investigação da atuação do agronegócio torna-se ainda mais relevante, haja vista os dados e denúncias existentes sobre seus impactos nocivos ao meio ambiente, resultantes de sua expansão econômica predatória. De forma a investigar essas questões, optamos pela análise documental de três publicações, de diferentes entidades, voltadas para o público infantil: *Tecendo Conexões*, n° 5 (Programa Agrinho/Faep); *Agronegócio: sua vida depende dele* (Programa Educacional Agronegócio na Escola/Abag-RP); e *Capitã Recicla* n° 2 (Programa Óleo Sustentável/Abiove e Sindóleo). Os resultados demonstram que, além de um discurso que mascara a questão agrária, a atuação do agronegócio na EA promove, majoritariamente, ainda que em diferentes graus e formatos, um discurso conservador e de tendência pragmática, com ênfase em abordagens educacionais tradicionais e comportamentalistas.

Palavras-chaves: agronegócio; educação ambiental; sustentabilidade; programas educacionais.

“Herding the cattle” in Environmental Education: agribusiness educational programs

ABSTRACT

This article aims to study educational materials developed by agribusiness educational programs, directly or indirectly linked to Environmental Education (EE). Considering the integration of this sector into education,

¹ A expressão “passando a boiada” foi utilizada em uma reunião ministerial do governo Bolsonaro, em 22 de abril de 2020, pelo então ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles. Para o ministro, a atenção midiática voltada para a pandemia de Covid-19 deveria ser utilizada para alterar regulamentações ambientais. Um entendimento possível é que “passar a boiada” sobre as normas significaria, de fato, maiores possibilidades de avanço do agronegócio. Neste trabalho, utilizamos o termo no sentido de expressar a inserção e a disseminação do agronegócio na Educação Ambiental.

analyzing its intentions, as well as its possible impacts on society, can be an important tool for evaluating its conduct and decision-making. Regarding environmental issues, investigating the role of agribusiness becomes even more relevant, given the existing data and reports on its harmful impacts on the environment resulting from its predatory economic expansion. In order to address these questions, we chose to conduct a documentary analysis of three publications from different entities aimed at children: "Tecendo Conexões, nº 5" (Agrinho Program/Faep); "Agronegócio: sua vida depende dele" (Agronegócio na Escola Educational Program/Abag-RP); and "Capitã Recicla nº 2" (Óleo Sustentável Educational Program/Abiove and Sindóleo). The results demonstrate that, in addition to a discourse that masks agrarian issues, the involvement of agribusiness in EE primarily promotes, albeit to varying degrees and formats, a conservative and pragmatic discourse, emphasizing traditional and behavioralist educational approaches.

Keywords: agribusiness; environmental education; sustainability; educational programs.

“Passando la manada” en Educación Ambiental: los programas educativos en agronegocio

RESUMEN

Componen los objetos de estudio de este artículo los materiales de naturaleza educativa producidos por programas educativos de agronegocios, vinculados, directa o indirectamente, a la Educación Ambiental (EA) en Brasil. Al examinar la inserción de este sector en la educación brasileña, el análisis de sus intenciones, además de sus posibles efectos en la sociedad, pueden ser dispositivos relevantes para evaluar la conducta y el posicionamiento gubernamental brasileño. Con relación al que toca lo ambiental, la investigación de las operaciones de los agronegocios cobra todavía más relevancia. La razón de tal importancia son los datos y denuncias existentes sobre los impactos nocivos al medio ambiente, derivados de su expansión económica predatoria. Para discutir acerca de estas cuestiones, optamos por un análisis documental de tres publicaciones, de distintas entidades, dirigidas a la infancia: *Tejiendo Conexiones*, nº 5 (Programa Agrinho/Faep); *Agronegocios: tu vida depende de ello* (Programa Educativo de Agronegocios en la Escuela/Abag-RP) y *Capitán Recicla*, nº 2 (Programa Petróleo Sostenible/Abiove/Sindóleo). Los resultados investigativos demuestran que, además de un discurso que enmascara la cuestión agraria, el papel del agronegocio en la EA promueve, en su mayor parte, aunque en diferentes grados y formatos, un discurso conservador. Tal discurso presenta una propensión pragmática, cuyo relieve está en los abordajes educacionales tradicionales y conductistas.

Palavras Clave: agronegocio; educación ambiental; sostenibilidad; programas educativos.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo analisar a atuação do agronegócio na esfera educacional, especificamente o discurso ambiental dos seus materiais educativos, elaborados para estudantes da educação básica. Em geral, a inserção deste ator empresarial nas escolas do país ocorre através de programas alinhados à Educação Ambiental (EA), no entanto, consideramos que suas intencionalidades e os impactos decorrentes merecem ser investigados e avaliados em profundidade, tendo em conta seu potencial de capilaridade.

O fato de o agronegócio ser um dos agentes que mais afeta negativamente o meio ambiente no Brasil (Gomes, 2019; Potenza, 2023) torna, no mínimo, controverso o estabelecimento do setor enquanto protagonista de ações socioambientais em prol da sustentabilidade. Nesse sentido, deixar uma parcela da EA formal atrelada ao agronegócio pode, científica e pedagogicamente, configurar uma situação de conflito de interesses. Em

tal cenário, os alegados programas educacionais podem servir como veículo de propaganda do setor, bem como de informações cientificamente imprecisas ou incorretas. Com isso, a EA pode estar sendo instrumentalizada para objetivos outros, tendo por base uma concepção conservadora e pragmática. Com efeito, a hipótese de instrumentalização da EA pelo agronegócio balizou as investigações presentes neste estudo.

Para alcançar o objetivo posto, tomamos por referência o materialismo histórico e dialético, considerando a totalidade, a historicidade e as contradições relativas ao fenômeno estudado. Primeiramente, realizamos uma revisão de literatura sobre a EA e o agronegócio; em seguida, direcionamos o trabalho de pesquisa para a análise documental. Nesse sentido, examinamos materiais paradigmáticos de três programas educacionais vinculados ao agronegócio: Programa Educacional Agronegócio na Escola (Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto – Abag/RP), Programa Agrinho (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil/ Federação da Agricultura no Estado do Paraná – CNA/Faep) e Programa Óleo Sustentável (Associação Brasileira de Indústrias de Óleos Vegetais – Abiove e Sindicato da Indústria de Óleos Vegetais - Sindóleo), procurando identificar os conteúdos e discursos relacionados à sustentabilidade ambiental.

Para proceder à análise documental, tomamos por inspiração a teoria da análise crítica do discurso (ACD), buscando analisar e interpretar os materiais e as abordagens utilizadas, de forma a questionar suas intencionalidades e possíveis efeitos. A opção pela ACD tem por base um enfoque não apenas no texto, como também no contexto socio-histórico, visando a interrelação entre ambos, em um entendimento do discurso enquanto prática social com elementos dialeticamente relacionados (Fairclough, 2012). O discurso, como momento da prática social, abarca também a ordem social, relacionando-se com dominação, hegemonia e ideologia (*Ibid.*). Portanto, compreendemos a necessidade de contrapor o discurso às práticas sociais concretas de seus interlocutores, considerando as relações sociais de produção vigentes, no contexto da luta de classes.

Ademais, procuramos classificar as publicações de acordo com variáveis estabelecidas no campo da EA. Com esse propósito, tomamos por referência: as macro-tendências e concepções da EA (Layrargues e Lima, 2014; Loureiro, 2005); as correntes da EA (Sauvé, 2005); e as tipologias de programas empresariais de EA (Braga, 1995; Pedrini e Pelliccione, 2007); acrescentamos, ainda, a delimitação de diferentes abordagens educacionais (Mizukami, 1986).

O artigo está organizado em duas seções. Na primeira, expomos a síntese dos resultados da revisão de literatura, abordando as discussões e definições referentes à EA e ao agronegócio. Na segunda, apresentamos a análise documental de cada obra, evidenciando a identificação da presença e de ausências de discursos ambientais, de forma a proceder a uma classificação, de acordo com as variáveis selecionadas, confrontando tais discursos com as práticas sociais vigentes.

1. Educação ambiental e agronegócio

No Brasil, a EA é regulamentada pela Lei nº 9.795/1999 (Brasil, 1999), que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Considerada um componente da educação nacional essencial, permanente e obrigatório em todas as modalidades do processo educativo, tanto formal (educação escolar - básica e superior) quanto não formal (práticas externas à educação escolar), a EA é, em resumo, um direito.

Dentre os princípios elencados na lei, destacam-se: o enfoque democrático e participativo; a vinculação entre ética, educação, trabalho e práticas sociais; e a concepção do meio ambiente em sua totalidade. Chama a atenção que um de seus objetivos fundamentais, de acordo com o inciso III do Art. 5º, é “o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social” (Brasil, 1999).

Vale recuperar o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (TEASS), importante diretiva para a EA no Brasil:

[...] 2. A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade.

3. A educação ambiental é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações.

4. *A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para a transformação social.*

[...] 7. A educação ambiental deve tratar as questões globais críticas, suas causas e interrelações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico.[...]. (TEASS, 1992, n.p., grifos nossos).

Na mesma direção, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA) (Brasil, 2012), também enfatizam que a EA não é uma atividade neutra, indicando a necessidade de se assumir as dimensões política e pedagógica em sua prática educativa. No entanto, estudos indicam a prevalência de abordagens conservadoras que vão de encontro

à perspectiva crítica de tais documentos, bem como ao entendimento de seu caráter político e ideológico, que nega a neutralidade da área.

Em face disso, uma referência sobre as práticas de EA no Brasil é o estudo de Layrargues e Lima (2014). Partindo do pressuposto da EA como um campo social, os autores apontam a existência de três macro-tendências político-pedagógicas na área: a *conservacionista*, primeira tendência pautada na sensibilidade e orientada pela consciência ecológica; a *pragmática*, derivada da conservacionista, que tem como foco a lógica de mercado em sua fase neoliberal e o ambientalismo de resultados; e a *crítica*, tendência articulada à criticidade, à emancipação e à educação popular, que considera as relações sociais e a historicidade no processo educacional.

Enquanto as primeiras podem ser consideradas concepções *conservadoras*, sugerindo ações individuais e comportamentais, sempre no âmbito privado e doméstico, de forma ahistórica e pretensamente neutra, a última seria uma concepção *alternativa*, por ser uma resposta às tendências dominantes (Loureiro, 2005; Layrargues e Lima, 2014). Para Layrargues e Lima (2014), a vertente *pragmática* teria se tornado a hegemônica no país após a superação do *conservacionismo* pelo ajuste neoliberal que, pautado no mercado, centralizou sua abordagem da EA na responsabilização individual e empresarial, tendo como características a ausência de reflexão e a crença na neutralidade.

O caráter pragmático traz duas características complementares: primeiro, a ausência de reflexão que permita a compreensão contextual e articulada das causas e consequências dos problemas ambientais. Essa ausência de reflexão deriva da crença na neutralidade da ciência e resulta em uma percepção superficial e despolitizada das relações sociais e de suas interações com o ambiente. Segundo, a busca desenfreada por ações factíveis que tragam resultados orientados a um futuro sustentável, embora dentro de um limite que não ultrapasse as fronteiras do realismo político, do economicamente viável, da conservação do *status quo*, que na Educação Ambiental se enquadra na perspectiva de “atividade-fim” (LAYRARGUES, 1999). Esse quadro reduz as possibilidades de enfrentamento político da crise (Layrargues; Lima, 2014, p. 32).

Nesse contexto de inserção do neoliberalismo no Brasil, o chamado para a responsabilidade socioambiental das empresas, bem como para o voluntariado, impulsionou, juntamente com as mudanças na legislação, modalidades de parcerias entre Estado e empresas, comumente chamadas de parcerias público-privadas. Nesse cenário, as empresas passam a assumir papéis anteriormente restritos, em todo ou em parte, ao Estado, dentre eles o papel de “educador”.

Assim, entidades empresariais passam a adentrar na EA por meio de programas e projetos. Uma referência para as pesquisas de ações de Educação Ambiental Empresarial (EAE) no Brasil é o estudo de Braga (1995), que elaborou uma categorização de posturas ambientais empresariais, considerando discurso e prática ambiental. Mesmo que o ponto de vista tenha sido o de uma evolução lógico-histórica em etapas, implicando uma tendência possivelmente “evolucionista”, a classificação nos parece pertinente.

Conforme a autora, a EAE poderia ser dividida em três tipos, a saber: *conservadora*, com a ausência de uma preocupação prioritária com o meio ambiente e o intuito de desvio de atenção dos impactos gerados, por meio da maquiagem verde no sentido de um *marketing* empresarial; *legalista*, com a questão ambiental entendida como uma restrição econômica imposta pelo Estado, buscando-se atender a legislação pela pressão de órgãos, aqui a EA também é instrumento de *marketing* e divulgação de investimentos; e *estratégica*, com a preocupação advinda da busca de certificações e competitividade, instrumento de *marketing* e do aumento da produtividade, possui uma abordagem sistêmica com programas mais abrangentes de convencimento da sua adequação ambiental. Enquanto as primeiras teriam como alvo o público externo, a última abrangeria, também, o interno.

Para a autora, a postura estratégica, embora mais avançada, não se restringindo ao cumprimento da lei, apresenta limites pelo reducionismo do entendimento do conceito de poluição, restrito à matéria-prima e à energia não incorporadas. Por isso, chamou de *ecodesenvolvimentista* o que seria uma postura mais adequada, que significasse uma mudança nos padrões de produção e consumo, visando uma superação da lógica que rege a vida econômica (Braga, 1995).

A classificação em diferentes correntes foi outra variável selecionada para a análise em questão. Sauvé (2005), considerando os diferentes discursos e maneiras de conceber e praticar ações de EA, propôs uma cartografia, agrupando proposições semelhantes, o que resultou em uma classificação em quinze correntes. Destas, sete são de longa tradição – naturalista, conservacionista/recursista, resolutiva, sistêmica, científica, humanista e moral/ética; e oito seriam mais recentes – holística, biorregionalista, praxica, crítica, feminista, etnográfica, ecoeducação e da sustentabilidade. Vale destacar que uma iniciativa pode se filiar a mais de uma corrente e que dentro de uma mesma corrente pode coexistir uma diversidade de proposições.

No que se refere à abordagem educacional, isto é, ao processo de ensino e aprendizagem, utilizamos a categorização em cinco tipos, a saber: *tradicional* – transmissão

de conhecimentos, valorização dos conteúdos; *comportamentalista* – moldagem de comportamentos, manipulação de reforços, ênfase na metodologia; *humanista* – relações interpessoais, enfoque no sujeito e interação sujeito-objeto; *cognitivista* – assimilação e incorporação do conhecimento, construtivismo, interacionismo sujeito-objeto; e *sociocultural* – construção do conhecimento, interacionismo sujeito e objeto, com enfoque no sujeito social e político (Mizukami, 1986; Santos, 2005).

Compreendemos que os estudos apresentados trazem subsídios para a avaliação de ações educativas no âmbito da EA, propiciando ferramentas para classificação e/ou categorização dessas iniciativas, de forma a contribuir para o entendimento de seus objetivos e impactos. Logo, observar as tendências, concepções, correntes, tipologias e abordagens de programas de EA concebidos e ofertados pelo agronegócio nos parece uma forma adequada de avaliação e análise.

Cabe nesse momento inserir uma breve discussão sobre a definição de agronegócio, atualmente em disputa. Para Delgado (2013), a economia do agronegócio é proveniente da construção de uma hegemonia que envolve as grandes propriedades de terra, certas cadeias agroindustriais e o Estado. Portanto, não seria uma mera soma dos diferentes setores que comporiam uma cadeia produtiva da agropecuária, muito menos abarcaria pequenos produtores, como vem sendo veiculado em propagandas. Importante destacar, ainda, que o agronegócio brasileiro tem por fundamento a superexploração do trabalho e da natureza, o que provoca custos sociais e consequências ambientais que são externalizados (Delgado, 2013).

Como anunciado, verificamos que a expansão do setor não vem ocorrendo apenas na esfera econômica, mas também em outras instâncias (Alentejano *et al.*, 2022). De forma a compreender as estratégias de consolidação e legitimação desse processo, o conceito de hegemonia, formulado por Gramsci (2014), nos parece primordial. Isto porque a hegemonia do agronegócio envolve diferentes mecanismos de coerção e consenso. Tanto pela violência quanto pela persuasão, o setor mantém e expande seus domínios, utilizando-se também da mídia e da educação.

Estudos vêm apontando a emergência de programas educacionais do agronegócio no país, nos quais observam-se discursos, temáticas e publicações que perpassam direta ou indiretamente a EA (Lamosa e Loureiro, 2014; Loureiro e Lamosa, 2015; Mendes e Talamoni, 2018; Mendes e Maia, 2020; Cordeiro, 2022). Tais programas vêm sendo sistematicamente implementados nas escolas públicas do país, gerando questionamentos

quanto às suas intencionalidades e possíveis reflexos não apenas para a questão ambiental, como também para a questão agrária.

Uma Educação Ambiental Empresarial do Agronegócio (EAEA) parece se consolidar e se amplificar, em meio a graves denúncias dos impactos ambientais negativos gerados pelo setor por parte de movimentos ambientais, movimentos sociais rurais e pesquisas científicas². Destacamos o acúmulo teórico e prático da concepção de Educação do Campo (EdoC) que, ao se contrapor à hegemonia do agronegócio, vem denunciando seu caráter predatório tanto do ponto de vista formativo quanto ambiental (Caldart *et al.*, 2012).

Nessa direção, Lamosa e Loureiro (2014) concluíram que as ações de educação ambiental promovidas pela Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), ao mesmo tempo em que garantem elementos importantes para a qualidade da educação, também enfraquecem o caráter público da escola. Em outro estudo, os autores constataram que tais ações têm por objetivo a valorização da imagem e o consenso sobre o modelo agrário dominante, buscando uma difusão ideológica na qual o agronegócio é atrelado à sustentabilidade e à responsabilidade social (Loureiro e Lamosa, 2015).

Mendes e Maia (2020), focaram seu estudo na interferência do agronegócio tanto na EA quanto na EdoC e constataram, por meio de entrevistas com docentes, que o programa executado pela Abag possui um viés utilitarista. Assim sendo, enfraquece o desvelamento das reais condições socioambientais do campo brasileiro, o que é amplificado pelas carências formativas do professorado. Para os autores, a alegada sustentabilidade ambiental mascara a defesa de interesses corporativos e econômicos. Já Cordeiro (2023), em um estudo das produções vencedoras de concursos do PEA (Abag/RP), observou a reprodução do discurso dominante do setor por discentes e docentes, em que a percepção positiva não encontra contrapontos.

Um outro exemplo a se levar em conta são as repercussões do Programa Agrinho no estado do Paraná (PR). Chama a atenção que, em 2008, o Ministério Público do Paraná

² Dados do Observatório do Clima (Potenza, 2023), apontam que, no Brasil, a *Mudança de uso de terra e floresta* (MUT) e a *Agropecuária* são os maiores responsáveis pela emissão de gases do efeito estufa (GEE). Como a MUT deve-se, principalmente, ao desmatamento pela expansão da fronteira agrícola, o observatório concluiu que a agropecuária foi responsável por 74% da poluição climática no Brasil em 2021. Segundo Gomes (2019), o modelo de produção do agronegócio, que envolve a modernização e a expansão da agropecuária, provocou impactos ambientais negativos, tais como erosão e contaminação do solo, do ar e das águas, sobretudo pelas técnicas convencionais, monoculturas, transgenia e uso de insumos agrícolas, podendo gerar perdas irreversíveis. Se somarmos, ainda, informações sobre a estrutura fundiária brasileira, com a maior parte das terras concentradas nas mãos de grandes proprietários (com uso intenso de agrotóxicos em monoculturas exportadoras), pode-se concluir que o agronegócio é o maior agente da poluição climática e está entre os maiores responsáveis pela degradação ambiental do país.

identificou nos materiais a existência de propagandas sobre agrotóxicos, o que gerou, no ano de 2014, uma notificação ao Conselho Estadual de Educação recomendando medidas para impedir a participação de escolas, docentes e discentes, das redes pública e privada no programa. Destaca-se, neste documento, o argumento da existência de um aparente conflito de interesses entre o agronegócio e o trabalho nas unidades de produção agrícola das famílias dos estudantes. Em 2019, o Conselho Municipal de Educação de Cascavel (PR) acabou por proibir a parceria com o programa em questão e outros similares na rede pública municipal de ensino³.

Portanto, ainda que sejam relativamente recentes e não muito numerosas as pesquisas que abordam a influência do agronegócio na educação, particularmente em sua interface com a EA, observamos que seus resultados apontam para uma problemática em curso, que precisa ser aprofundada e discutida amplamente pela sociedade. Tendo por base essas ponderações, esta pesquisa intencionou, a partir da análise de materiais educativos do agronegócio, colher evidências que corroborem ou refutem a hipótese de que o agronegócio vem capturando a EA por interesses outros, contrários aos seus princípios e objetivos (Brasil, 1999; 2012), contrapondo-se, ainda, à concepção de EdoC.

2. Análise de materiais educativos: a educação ambiental na perspectiva empresarial do agronegócio

Em busca de evidências sobre o caráter dos programas educacionais, vinculados ao setor, que fundamentassem uma avaliação crítica de seus interesses, impactos e responsabilidades, selecionamos três publicações de diferentes associações do agronegócio. A escolha de materiais de entidades diferentes visou não apenas demonstrar a ampla gama de ações existentes, mas também verificar se existem similaridades, no sentido da propagação de um discurso ambiental coeso. A seguir, apresentaremos um resumo de cada iniciativa e uma sinopse de cada publicação, acompanhadas de análises e classificações.

2.1 Programa Agrinho (CNA/Sistema Faep)

Pioneiro na inserção do agronegócio na educação, o programa foi criado em 1995, impulsionado pelo Sistema Faep, ligado à CNA. Anteriormente restrito ao Paraná, já se espalhou por todas as regiões do país, com ações em Goiás, Espírito Santo, Mato Grosso do

³ Para mais informações e acesso aos documentos citados, recomendamos a tese de Leite (2023).

Sul, Ceará e Rondônia, entre outras Unidades da Federação. A ação no Paraná, por nós analisada, envolve concursos com premiações e disponibiliza uma coleção de materiais paradidáticos com nove cadernos, dos quais selecionamos o nº 5: *Tecendo Conexões: ciência, inovação e ética* (Apolloni, Schwinden e Torres, 2020).

Esse volume tem o formato de uma história infanto-juvenil, que apresenta diversos temas que podem ser considerados, em geral, transversais, com destaque para a sustentabilidade e a saúde (água, ciclo hidrológico, alimentação e agricultura, lixo e resíduos, higiene, e dengue). O teor educativo de conscientização fica evidente, sendo a história de Agrinho - um menino branco, personagem principal - um pano de fundo para abordar as questões pertinentes. A agricultura, vinculada à indústria, é celebrada, em um esquema que busca inserir a pequena e a média produção enquanto componentes do agronegócio. Os problemas ambientais colocados estão inseridos na lógica urbano-industrial, ocultando-se a relação entre poluição/degradação da natureza e o setor primário. A sustentabilidade é apresentada conforme a concepção hegemônica de desenvolvimento sustentável, com enfoque em soluções individuais/comportamentais e em nível privado (figura 1), o que dificulta uma visão de totalidade e o pensamento crítico.

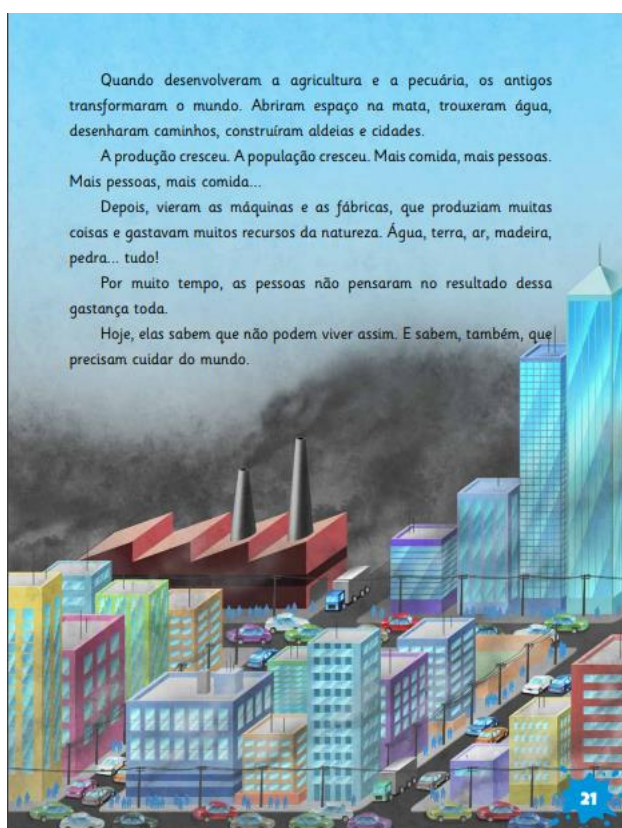
Figura 1 – Coleção Agrinho nº 5: *Tecendo Conexões: ciência, inovação e ética I*



Fonte: Apolloni, Schwinden e Torres (2020, p. 22-23).

Chama a atenção o fato de o tema *sustentabilidade* ser precedido por uma breve discussão acerca da “gastança” de recursos naturais, discussão esta atrelada ao tema *cidade*, mais especificamente às máquinas e fábricas (figura 2). Com efeito, a questão ambiental, ao menos na edição nº 5, está relacionada ao ambiente urbano e fabril, o que, discursivamente, induz a um entendimento de que o campo e o setor agrícola não possuem responsabilidades no que se refere aos problemas ambientais e que os existentes no campo são resultado de ações exógenas a este espaço. Ainda que a narrativa busque ligar o agronegócio à indústria, por meio da agroindústria, e que o exemplo de poluição seja da fábrica de goiabada ligada ao setor, as atividades agrícolas em si parecem ser isentas de impactos ambientais negativos. Essa questão (da vinculação entre degradação ambiental e fábricas juntamente com a narrativa que liga agropecuária e fábricas - agroindústrias), não é tratada como uma contradição, já que observa-se uma construção discursiva que tende a descolar a questão ambiental da agrícola e agrária.

Figura 2 - Coleção Agrinho nº 5: *Tecendo conexões: ciência, inovação e ética II*



Fonte: Apolloni, Schwinden e Torres (2020, p. 21).

Percebemos que a mensagem remete a uma defesa da sustentabilidade que induz à compreensão de que os problemas advêm da ganância de recursos naturais, causada pelo crescimento populacional, das máquinas e cidades, o que só foi possível por conta do desenvolvimento da agricultura e pecuária. A lógica elaborada é a seguinte: maior produção de alimentos + aldeias e cidades = maior população = mais necessidade de comida + máquinas e fábricas = produção de coisas = maior gasto de recursos naturais (figura 2). De acordo com a narrativa, a solução para a problemática posta seria o consumo consciente. Nota-se, pelo uso do “você”, uma transferência da responsabilidade para os consumidores/leitores, como exposto em “Você pode começar gastando menos água no banho e falando com as pessoas sobre isso” (figura 1), ainda que no exemplo a água tenha sido usada e poluída pela fábrica.

Outro ponto relevante é a preferência por ocultar o termo *agronegócio*, movimento que indica uma estratégia para maior identificação dos leitores com o personagem, que não estaria ligado a uma grande propriedade e/ou empresa. Textualmente, observamos que o grande número de temas e conteúdos trabalhados na história, em uma articulação entre conteúdo e fantasia, acaba por criar uma sensação de falta de coerência da narrativa, devido a algumas rupturas temáticas na continuidade dos assuntos e acontecimentos.

Tomando por base essas ponderações, consideramos que a obra integraria a tendência pragmática e a tipologia conservadora, pois a narrativa busca desvincular o setor dos danos provenientes de seus impactos ambientais, desviando-os para outros espaços e setores (ainda que ligados). Dito isto, avaliamos que o programa em questão possui fortes indicativos de *marketing* empresarial, sobretudo, indícios de maquiagem verde/*greenwashing*.

Identificamos que as correntes da EA que mais dialogam com a obra seriam a conservacionista/recursista e a da sustentabilidade. No primeiro caso, pela visão da natureza como um recurso e/ou patrimônio que, devido à escassez, precisa ser bem gerido, o que pode ser alcançado pela educação para o consumo. No entanto, essa preocupação com o consumo nunca é diretamente associada aos produtos agrícolas. No segundo, pela própria apropriação e uso do termo *sustentabilidade*, sem menção ao conceito de desenvolvimento, o que pode ser relacionado a uma perspectiva discursiva menos economicista e mais enriquecida, conforme aponta Sauvé (2005).

A abordagem educacional mescla elementos tradicionais de transmissão de conteúdos com elementos comportamentalistas que focam na mudança de atitudes como solução.

Assim sendo, chega-se à conclusão que a concepção da obra liga-se ao conservadorismo, já que as responsabilidades e possibilidades de mudanças apresentadas ficam restritas à esfera individual e privada, sem uma compreensão profunda da totalidade de fatores que concorrem para a degradação ambiental.

2.2 Programa Educacional Agronegócio na Escola (PEAE/Abag/RP)

Desenvolvido desde 2001 pela Abag de Ribeirão Preto, o PEAE foi promovido com o objetivo de melhorar a imagem do setor. Para tanto, são lançados concursos para estimular a adesão, nos quais a temática ambiental tem destaque. Até 2023, o programa alcançou números impressionantes, que demarcam sua abrangência no cenário nacional: 289 mil estudantes, 4.988 mil professores, em 909 escolas de 22 estados e 232 municípios.⁴

O material analisado foi a primeira “cartilha do programa”, intitulada *Agronegócio: sua vida depende dele* (Ribeiro e Bergamaschi, s.d.), uma publicação em formato de gibi⁵. A agricultura parece ser, de imediato, o tema central do quadrinho, remontando ao surgimento e desenvolvimento deste setor, dando-se ênfase aos progressos tecnológicos. O conceito de cadeia produtiva é apresentado a partir do entendimento de que, com a industrialização da agricultura no Brasil, a tecnologia, a organização e a coordenação eram necessárias para que o produto chegasse nas cidades.

Críticas são feitas à falta de beneficiamento dos produtos para a exportação, pontuando questões relativas à concorrência e ao protecionismo, sendo cooperativas, sindicatos e associações a saída para uma maior força nas negociações. A questão ambiental é inserida a partir deste contexto, visto que, na publicação, outros países “inventariam desculpas” para não comprar os produtos brasileiros, sendo o trabalho infantil e a proteção ambiental os fatores abordados na história. Nessa reta final, o quadrinho apresenta uma defesa do setor a cada uma das acusações, indicando que estas não teriam fundamento (figura 3). A mensagem

⁴ Informações do PEAE coletadas em: <<https://www.abagrp.org.br/programa-educacional-agronegocio-na-escola>>. Acesso em: 02 dez. 2023.

⁵ Segundo o *site* da Abag/RP, houve uma renovação do programa em 2014, com uma nova edição da Cartilha “Agronegócio sua vida depende dele”, além de uma cartilha *on-line* complementar e um caderno de apoio para os professores. Em nossa pesquisa, além do gibi analisado, conseguimos PDFs de duas cartilhas denominadas “Cartilha Programa Educacional Agronegócio na Escola” e “Força do Campo – Tudo junto e misturado”, ambas sem data de publicação. Optamos pela análise do gibi pelo direcionamento ao público mais jovem, com uma linguagem mais simples e atrativa. No entanto, não encontramos mais informações sobre essas cartilhas no *site*, somente a disponibilização e indicação de um tipo de material digital, que são chamados de “Módulos Agronegócio na Escola”.

transmitida é que o agricultor, aqui a representação do agronegócio e quem monopoliza a fala, é um interessado na preservação ambiental e, por isso, cumpre a legislação vigente.

No caso desta obra, não ocorre estritamente uma ausência da discussão sobre os impactos ambientais do agronegócio, ao contrário, há uma suposta refutação do que seriam acusações falaciosas, que esconderiam de fato um protecionismo do mercado externo. No entanto, a operação defensiva acaba por se aproximar do *greenwashing* ou até mesmo de um negacionismo científico, haja vista o amplo conjunto de dados e estudos que comprovam os impactos nocivos do setor no meio ambiente.

Figura 3 – Agronegócio: sua vida depende dele (PEAE)



Fonte: Ribeiro e Bergamaschi (s.d., p. 17-18).

Enquandramos a obra na tendência pragmática e na tipologia conservadora, por sua ênfase na defesa da imagem do setor e no teor de propaganda vinculado à maquiagem verde. De certa forma, a tipologia legalista também parece compor a obra, especialmente pelo destaque acerca do cumprimento da legislação ambiental, todavia, na realidade, o setor é conhecido por violações a tais normativas. A corrente mais próxima dessa narrativa seria a conservacionista, já que a natureza é vista como recurso e bastaria uma boa gestão para sua

preservação. A abordagem educacional utilizada é a tradicional pelo forte teor de transmissão, não de conteúdos e saberes, mas de informações similares à propaganda, porém o programa em seu conjunto possui significativos aspectos da abordagem comportamentalista. Por fim, observamos uma concepção extremamente conservadora da EA, com uma instrumentalização que desvia, oculta e nega as causas da problemática ambiental e o consenso científico sobre os impactos do agronegócio.

Das três obras analisadas, essa é a que mais se distancia de um teor educativo e de uma responsabilidade socioambiental. Toda a narrativa se conforma muito mais como uma peça de propaganda, escrita em uma linguagem infantil atrativa, pretensamente neutra e pedagógica. Nesse aspecto, a maquiagem não é apenas verde, mas também pedagógica. Não observamos nenhum tipo de compromisso com a sustentabilidade, nem mesmo o compromisso de cunho estratégico, o que distancia a obra de uma EA propriamente dita. O pragmatismo aqui é muito mais o de *marketing* verde e enaltecimento das características alegadamente sustentáveis do setor.

2.3 Óleo Sustentável (Abiove e Sindóleo)⁶

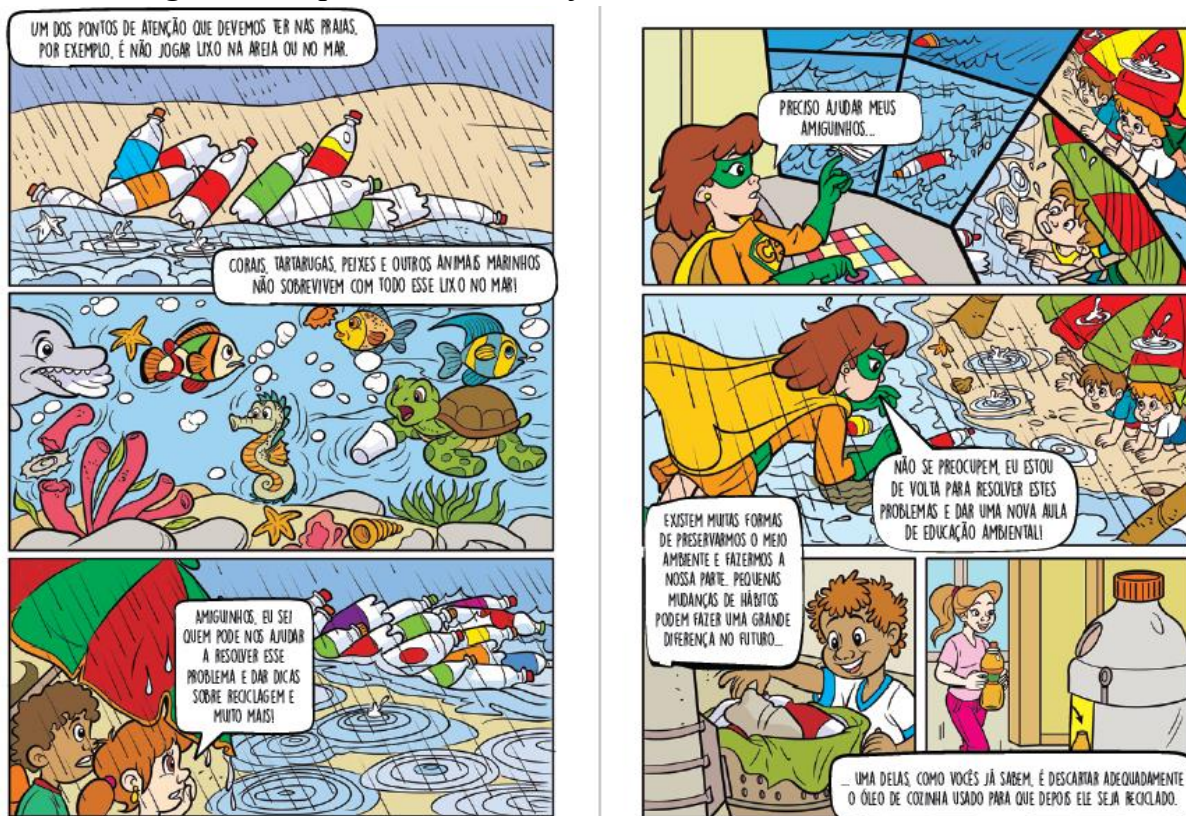
A iniciativa da Abiove e do Sindóleo objetiva incentivar a reciclagem dos resíduos de uso do óleo vegetal, por meio da promoção da coleta do óleo de cozinha em pontos de entrega voluntária (PEVs). A EA é considerada um meio de conscientização dos consumidores sobre o descarte inadequado e a importância da reciclagem do óleo para o meio ambiente e a população. Conta com cinco publicações de um quadrinho chamado *Capitã Recicla*, das quais selecionamos a edição nº 2 para análise (Gazolla, s.d).

Observamos que a história em quadrinhos da *Capitã Recicla* seria uma forma de conscientizar crianças e jovens sobre a importância da reciclagem, de modo a propiciar uma mudança de atitudes, que resultaria na adesão ao programa e em outras posturas sustentáveis. Toda a história gira em torno das ações equivocadas dos seres humanos que afetariam todos nós e as futuras gerações. Assim sendo, atitudes erradas, como o descarte incorreto do lixo, gerariam problemas como enchentes e mortes de animais marinhos. De forma a resolver esta

⁶ O programa Óleo Sustentável está articulado ao Programa Meio Ambiente nas Escolas (PMANE), que seria uma ação integrada de organizações civis e dos setores público e privado, visando um novo modelo de gestão de resíduos sólidos por meio da conscientização ambiental nas escolas sobre o descarte correto. O PMANE tem como proponentes o Instituto Auá e a Preserva, sendo o Óleo Sustentável um dos seus financiadores. Sua metodologia também envolve premiações, o Prêmio PMANE, para famílias, escolas, gestores e professores. Nos *sites* do Óleo Sustentável e do PMANE, o gibi analisado consta como um dos conteúdos de EA. Disponível em: <https://www.oleosustentavel.org.br/> e <https://meioambientenasescolas.org.br/>. Acesso em 03 fev. 2024.

situação, a Capitã Recicla é chamada para dar uma nova aula de EA, em que sugere pequenas mudanças de hábitos que podem fazer uma grande diferença (figura 4).

Figura 4 – Capitã Recicla: em defesa do óleo sustentável, Edição II.



Fonte: Gazolla (s.d.).

Primeiramente, a super-heroína ensina sobre a reciclagem do óleo de cozinha e sobre a coleta seletiva, deixando clara a importância de que as crianças multipliquem esses conhecimentos, prestando atenção não só em suas atitudes, mas nas dos outros também. A mensagem final é de que se cada um fizer a sua parte, teremos um planeta sustentável. Em um dos trechos a Capitã Recicla diz “Se cada um fizer a sua própria parte reciclando, os seres humanos, os animais e as plantas terão um planeta sustentável para morar” (Gazolla, s.d, p. 10). Neste excerto, nota-se uma omissão da responsabilidade do setor público e do setor empresarial. Acima de tudo, preocupa o viés de culpabilização da sociedade por problemas ambientais, como nos seguintes trechos: “Tudo parecia sob controle no litoral...se não fosse por uma atitude equivocada do ser humano, que afeta diretamente a nós e, principalmente, as futuras gerações” (Gazolla, s.d, p 3) e “Por que sabe o que acontece quando descartamos o lixo de maneira errada? Vai gerar o entupimento dos bueiros, causando enchentes nas cidades.” (Gazolla, s.d, p. 4).

Nota-se, portanto, a ênfase na mudança de comportamentos e na responsabilização individual, que visa a uma transformação em nível local e privado. Ainda que essas mudanças sejam importantes, o discurso não proporciona a abertura de caminhos para uma compreensão mais crítica e emancipatória da questão ambiental, de modo a apontar suas causas estruturais e um compartilhamento de responsabilidades, que considere a diferença na geração de impactos e na vivência das consequências dos diferentes atores da sociedade.

O objetivo do projeto, coletar e reciclar o óleo de cozinha, parece coerente do ponto de vista da responsabilidade socioambiental das empresas e de uma EA de tendência pragmática, de acordo com a corrente conservacionista/recursita, no sentido de buscar a gestão ambiental e ações 3R (redução, reutilização e reciclagem). A tipologia que consideramos ser a mais indicada é a legalista, dado que ainda que a preocupação ambiental tenha a ver com a melhoria da imagem, existe uma postura de adequação à legislação vigente⁷. A abordagem pedagógica é a comportamentalista, por ter como centralidade a mudança de atitudes individuais e seu efeito multiplicador.

Com base nessas análises, observamos que a concepção de EA presente no quadrinho é a conservadora, pois o enfoque está no indivíduo e no privado, desconsiderando-se a complexidade e a totalidade. As questões políticas, sociais e econômicas não são abordadas. Com isso, há uma responsabilização individual pelo descarte e reciclagem, além de um incentivo a uma postura “fiscalizadora” em relação aos comportamentos dos outros.

De forma a organizar os resultados das análises documentais, elaboramos uma síntese (quadro 1) com o resumo dos principais assuntos, discursos, ausências e classificações de cada obra.

⁷ Optamos pela classificação na tipologia legalista considerando a informação de que o sistema de logística reversa do óleo de cozinha é incluído na legislação estadual de São Paulo. Com isso, a Abiove e o Sindóleo firmaram Termo de Compromisso com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) em 2015, instituindo o Programa de Logística Reversa de Óleo Comestível – Óleo Sustentável, que foi renovado em 2020.

Quadro 1 – Síntese: análise documental

Materiais/ documentos	Grandes eixos temáticos e assuntos/conteúdos	Elementos textuais, discursos e ausências	Tendências, concepções, tipologias, correntes e abordagens
<i>Tecendo Conexões: ciência, inovação e ética (Agrinho)</i>	Eixos: água; comida; cidade; sustentabilidade; lixo; saúde. Assuntos/conteúdos: distribuição, uso e ciclo da água; origem e técnicas da agricultura; agroindústrias; cidades/uso de recursos naturais; lixo e contaminação do solo e água; sacolas plásticas; higiene; dengue.	Livro infantil paradidático; linguagens verbal e não verbal; linguagem simplificada; estrutura narrativa; ausência dos impactos negativos do setor e dos problemas ambientais do campo, bem como de formas de agricultura alternativa/ sustentável (agroecologia, agricultura orgânica etc.).	Tendência pragmática, com elementos esparsos da conservacionista; tipologia conservadora; correntes conservacionista/ recursista e da sustentabilidade; abordagem tradicional e comportamentalista. Concepção conservadora.
<i>Agronegócio: sua vida depende dele (PEAE)</i>	Eixos: desmatamento; contaminação; poluição. Assuntos/conteúdos: legislação; reflorestamento; reciclagem; tratamento de efluentes.	Quadrinho; linguagens verbal e não verbal; linguagem simplificada; estrutura narrativa; negação dos impactos negativos do setor; ausência de formas de agricultura alternativa/ sustentável (agroecologia, agricultura orgânica etc.).	Tendência pragmática; corrente conservacionista/ recursista; tipologia conservadora; abordagem tradicional. Concepção conservadora.
<i>Capitã Recicla n. 2 (Óleo Sustentável)</i>	Eixo: reciclagem. Assuntos/conteúdos: Descarte inadequado; enchentes; vida marinha; descarte e reciclagem do óleo de cozinha.	Quadrinho; linguagens verbal e não verbal; linguagem simplificada; estrutura narrativa; ausência dos impactos negativos do setor.	Tendência pragmática; corrente conservacionista/ recursista; tipologia legalista; abordagem comportamentalista. Concepção conservadora.

Fonte: Organizado pelo autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em geral, verificamos que as publicações são bem elaboradas, com boa diagramação, cores e qualidade estética, de forma a atrair o público infanto-juvenil. O fato de grande parte dos e das estudantes de escolas públicas não ter acesso a livros e gibis mostra o potencial da disponibilização de publicações como estas. Certamente, a falta de infraestrutura, bem como a ausência de formação continuada e de recursos financeiros⁸, são fatores que contribuem para a inserção de iniciativas de grupos empresariais nas escolas públicas. Nesse sentido, as parcerias poderiam ser compreendidas como formas de democratização do acesso à leitura

⁸ Vale destacar, no que se refere à EA, que o único artigo vetado da PNEA (Art. 18º) foi justamente o que previa o financiamento desse componente educacional.

e de responsabilidade socioambiental das empresas, que assumiriam parte dos encargos sobre a EA, conforme preconiza a própria PNEA.

No entanto, de acordo com nossas análises, as intencionalidades e os impactos destas ações merecem ser melhor conhecidos, discutidos e avaliados, posto que utilizando a EA como pretexto, o agronegócio busca interesses outros, que fogem dos princípios fundamentais expressos na PNEA, nas DCNEA e em outros documentos que são referências na EA brasileira. Ainda que o conhecimento sobre atitudes inadequadas e as formas de preservação ambiental possam ser considerados impactos potencialmente positivos, os prováveis impactos negativos indicam que as desvantagens podem se sobrepor, de forma a anular as vantagens.

Via de regra, observamos nas três publicações o predomínio da vertente pragmática, da corrente conservacionista/recursista e de abordagens tradicionais e comportamentalistas⁹. A concepção conservadora está presente em todos os programas analisados, operando uma responsabilização individual e uma culpabilização da população, ao mesmo tempo em que omite ou nega as causas e a totalidade da questão ambiental. Portanto, a pesquisa e a análise documental, das publicações e dos *sites* dos programas, juntamente com a revisão de literatura, indicam que a EAEA não condiz com os preceitos legais da EA no Brasil.

Observamos que, comumente, o discurso ambiental do agronegócio é pautado na responsabilização individual do público-alvo, de forma a culpabilizar a população sobre os problemas ambientais, sem tecer relações com a totalidade, eximindo o setor de responsabilidade ou críticas no que se refere à sustentabilidade. O agronegócio é apresentado, ao fim e ao cabo, não só como defensor do meio ambiente, mas também como educador ambiental. Concordamos com Lamosa e Loureiro (2014), em estudo sobre a Abag, que o caráter público da educação seria, assim, desmobilizado, bem como a sua autonomia, visto que os interesses de mercado passam a mediar as práticas de ensino, resultando na perda do caráter crítico-transformador da EA.

Com base nestas análises, encontramos fortes indícios de que uma EAEA vem se consolidando como uma concepção conservadora que radicaliza ainda mais o pragmatismo de sua macrotendência, pois as preocupações ambientais não parecem ser, de fato, o seu foco. As ausências verificadas nas obras são fortes indícios do conflito inerente a tais

⁹ Vale destacar que, em convergência com a abordagem comportamentalista, todos os programas analisados envolvem uma concepção de “manipulação de reforços”, por meio de concursos e premiações.

parcerias entre o setor e órgãos da educação pública, conferindo ainda mais um viés de propaganda e *marketing* verde dos programas em questão.

Considerando os impactos ambientais negativos da cadeia do agronegócio, o conflito de interesses mostra-se posto. De fato, defendemos que esta pretensa EA se insere em estratégias de *greenwashing*, em que a maquiagem verde se promove e ganha mais *status* e poder via educação. É, sobretudo, uma forma de difusão da ideologia do agronegócio. Consequentemente, a EA acaba por ser mais uma via para a expansão e consolidação da hegemonia do agronegócio, pois tais programas são uma estratégia para a obtenção de consenso sobre o setor junto a sociedade brasileira. Neste aspecto, tudo indica que a EAEA é nada mais que uma nova expressão de um negócio lucrativo e danoso, tanto do ponto de vista ambiental quanto do educativo. Isso porque a prática social do setor, bem como os discursos presentes e ausentes nos materiais analisados, vão de encontro à construção de sociedades sustentáveis e à superação das mudanças climáticas em curso.

Tendo como pressuposto a questão agrária e ambiental, defendemos que a EdoC é capaz de promover uma educação de qualidade, compreendendo a associação entre fatores econômicos, sociais, ambientais e culturais. Assim sendo, uma EA crítica, que seja uma alternativa ao modelo econômico vigente, incluindo o modelo hegemônico do agronegócio, pode se fortalecer pela articulação com a EdoC, considerando os povos dos campos, das águas e das florestas e a agroecologia como contrapontos ao agronegócio. As iniciativas analisadas caminham no sentido oposto, de enfraquecimento e/ou degeneração tanto da EA quanto da EdoC, o que nos faz entender que, do ponto de vista da prevenção e da precaução, a suspensão de tais parcerias/programas para a avaliação seja o mais aconselhável.

Recomendamos, ainda, estudos mais acurados e profundos sobre os diferentes programas educacionais do agronegócio, com análises de seus materiais/obras, de suas metodologias e resultados, de forma a se produzir indícios mais robustos de seus efeitos negativos para a EA. Igualmente observamos a pertinência de estudos que investiguem os discursos destes programas e suas obras na perspectiva étnico-racial, de gênero e diversidade.

Apesar de não ter sido o foco deste estudo, destacamos a necessidade de se investigar, mais especificamente, o impacto dessas parcerias para a questão agrária no Brasil, uma vez que encontramos discursos que invisibilizam a agricultura familiar e camponesa, os conflitos no campo e as formas de agricultura que se contrapõem ao agronegócio. Por fim, faz-se necessário reforçar a importância de uma sólida formação inicial e continuada do corpo

docente em EA, desde uma perspectiva crítica, articulada à garantia de condições adequadas de trabalho e de recursos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, P. R. R. *et al.* A dupla ofensiva do agronegócio sobre a educação: fechamento de escolas e disputa político-ideológica. **Terra Livre**, v. 2, n. 57, p. 433–470, 2022.

APOLLONI, R. W; SCHWINDEN, A; TORRES, P. L. **Tecendo conexões**: ciência, inovação e ética. Curitiba: SENAR AR/PR, 2020. v. 5. (Coleção Agrinho).

BRAGA, T. Educação ambiental, economia internacional e gestão empresarial. *In*: SORRENTINO, M; TRAJBER, R; BRAGA, T. (orgs.) **Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental**. São Paulo: Gaia, 1995. p. 215-224.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 abr. 1999.

_____. Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF: 18 jun. 2012.

CALDART, R. S. *et al.* (orgs.) **Dicionário de Educação do Campo**. 2 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CORDEIRO, T. G. B. F. **A hegemonia do agronegócio do campo à educação**: coerção e consenso na ofensiva contra a luta por terra e por Educação do Campo. 2022. Tese (Doutorado) – Centro de Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022.

_____. Questão agrária, trabalho docente e sustentabilidade no contexto da “Pedagogia do Agronegócio”. **Anais do X Fala Professor(a)! Encontro Nacional de Ensino de Geografia**, Fortaleza, jul., 2023.

DELGADO, G. C. Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. **Revista Reforma Agrária**, ed. especial, p. 61-68, julho, 2013.

FAIRCLOUGH, N. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. **Linha d'Água**, n. 25 (2), p. 307-329, 2012.

GAZOLLA, B. **Capitã Recicla**: em defesa do óleo sustentável. Edição II. S.l.: Abiove, s.d. Disponível em: <https://www.oleosustentavel.org.br/pdf/HQ_Capita_Recicla_II.pdf>. Acesso em: 17 maio. 2023.

GOMES, C. S. Impactos da expansão do agronegócio brasileiro na conservação dos recursos naturais. **Cadernos do Leste**, Belo Horizonte. v. 19, n. 19, p. 63-78, jan./dez., 2019.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 3.

LAMOSA, R; LOUREIRO, C. F. B. Agronegócio e educação ambiental: uma análise crítica. **Ensaio: avaliação de políticas públicas educacionais**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 83, p. 533-554, abr./jun., 2014.

LAYRARGUES, P. P; LIMA, G. F. C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente e Sociedade**. São Paulo, v. XVII, n. 1, p. 23-40, jan./mar. 2014.

LEITE, S. P. **A ofensiva do programa político e educacional do agronegócio na educação pública**. 2023. Tese (Doutorado) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá. Maringá (PR), 2023.

LOUREIRO, C. F.; LAMOSA, R. A educação ambiental e o papel das escolas públicas na valorização da imagem do agronegócio. **Comunicações**, Piracicaba, n. 2, p. 111-135, 2015.

LOUREIRO, C. F. B. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 93, p.1473-1494, set./dez. 2005.

MENDES, C. B; MAIA, J. S. S. A educação ambiental e a educação do campo diante das interferências do agronegócio: compreensões de professores de escolas públicas. **Ambiente e Educação**, v. 25, n. 2, p. 73-103, 2020.

MENDES, C. B; TALAMONI, L. B. Neoliberalismo e Educação Ambiental: uma leitura crítica sobre as relações público-privadas entre escolas e o agronegócio. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 11, n. 2, p. 67-87, Macapá, jul./dez., 2018.

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

PEDRINI, A. G; PELLICCIONE, N. B. B. Educação ambiental empresarial no Brasil: uma análise exploratória sobre sua qualidade conceitual. **Mundo e Vida**, v. 8, n. 1, 2007.

POTENZA, R. F. *et al.* **Análise das emissões de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil 1970-2021**. Observatório do Clima, 2023.

RIBEIRO, V; BERGAMASCHI, M. **Agronegócio**: sua vida depende dele. Ribeirão Preto/SP: ABAG/RP, s.d.

SANTOS, R. V. Abordagens do processo de ensino e aprendizagem. **Integração**, n. 40, p. 19-31, jan./fev./maio 2005.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. *In*: M. SATO; I. C. M. CARVALHO (org.). **Educação Ambiental**. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 17-45.

TEASS. Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global. Rio de Janeiro, 1992.

Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo e Cordeiro

Graduada em Geografia, Especialista em Ensino de Geografia e Mestra em Educação, ambos pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (FFP/UERJ), campus São Gonçalo. Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ, campus Maracanã. Integrante do Grupo de Trabalho em Assuntos Agrários da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), seções Niterói e Rio de Janeiro, e colaboradora do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Geografia Agrária (GeoAgrária), vinculado ao Departamento de Geografia da FFP/UERJ.

Email: tassia.cordeiro@gmail.com